

PP4 e Vila Expo'98

20 anos de uma ideia de desenho urbano

Pedro Luz Pinto

pedro.pinto@iscte-iul.pt

Dinâmia-Cet; ISCTE-IUL

Em 2018 assinalam-se 20 anos da inauguração da Expo'98. A operação reconversão da frente ribeirinha nesta zona da oriental de Lisboa que transformou 340 hectares de terrenos industriais e portuários em tecido urbano, estendendo-se por uma frente fluvial de aproximadamente 5 km. A operação seria estruturada com um plano geral e cinco planos executivos, de pormenor, e respetivos projetos de espaço público.

Este artigo aborda o Plano de Pormenor 4 (PP4, 1994) e Projeto do Espaço Público (1996) correspondente, da Zona 4 da Expo'98, que seria projetado pela Utopos Planeamento e Arquitetura Lda., coordenado pelos arquitetos Duarte Cabral de Mello e Maria Manuel Godinho de Almeida. Plano e projeto acolheriam numa primeira fase, durante o certame, a Vila Expo'98, uma área residencial para os funcionários da exposição mundial, que seria após o evento colocada no mercado de venda livre.

Nos anos seguintes, a implementação do plano teria um sucesso comercial assinalável. Como morfologia urbana o plano almejava um desenho urbano que proporcionasse variedade e complexidade, entendendo o espaço público como coisa formal. A ideia de cidade proposta pretendia ser conciliadora: entre um modelo de cidade histórica lisboeta e a cidade moderna dos anos 50; entre as estruturas urbanas circundantes e a nova cidade projetada; entre um sistema de espaços públicos contínuo e uma conformação de edifícios em quarteirões semiabertos ou, ainda, entre operação urbanística orientada para o lucro e a incorporação de valores paisagísticos e ambientais a escala inusitada.

A passagem de vinte anos sobre a inauguração da Expo'98 e a abertura da Vila Expo'98, permite-nos observar em perspetiva a eficácia relativa da operação urbanística. Para este balanço, de certo modo ainda por realizar, apresentamos uma releitura dos objetivos e estratégias de desenho urbano do PP4, propondo uma leitura do projeto e da cidade construída seguindo uma série de oposições sucessivas: (i) modernidade-tradição; (ii) continuidade-ruptura; (iii) morfologia edificada-ambiente construído; (iv) planeamento-arquitetura. Metodologicamente, a leitura apoiar-se-á nos documentos do Plano Geral da Expo'98 e na documentação do Plano de Pormenor e do Projeto de Espaço Público do PP4.

Preâmbulo

“Em face da escassez, hoje inquestionável, dos recursos materiais e ambientais disponíveis, é altura de nos perguntarmos se não terá chegado o tempo de retomar criticamente a ética projectual do funcionalismo mais empenhado do início do século XX, ou seja, daquele funcionalismo que nunca se fechou na superstição de que existia um ajuste perfeito e dogmático entre as formas e a vida que deveriam acomodar e que se manteve atento à evolução de ambas” (Cabral de Mello, 2009, 232)

O Grande Evento da Exposição Mundial de Lisboa em 1998, dedicada a celebrar os 500 anos da chegada por mar à Índia da frota comandada por Vasco da Gama, teve como tema “Os Oceanos, Um Património para o Futuro”. A exposição de Lisboa, ao contrário dos eventos semelhante anteriores, como por exemplo a exposição de Sevilha em 1992, onde o recinto expositivo se configurava como uma “não-cidade”, destacando-se da cidade real como um “espaço de novidade e fantasia” (Busquets, 1998, 14). Esta separação entre o recinto da feira e a cidade real geraria uma grande dificuldade em a cidade absorver os espaços e os equipamentos criados para os certames, mantendo, pelo menos em futuro imediato, ambas as realidades separadas.

No evento de Lisboa em 1998 houve uma tentativa de contornar estes efeitos. A área a intervir localizou-se em zona periférica a Lisboa-cidade, mas intermédia na área metropolitana da grande Lisboa (AML), ocupando um grande conjunto de terrenos de indústrias obsoletas no extremo oriental do Porto de Lisboa. A centralidade relativa à AML e a propriedade fundiária de empresas de capital público, viabilizou o processo de deslocalização, que respondia à pressão urbanística e cultural exercida pelo próprio crescimento metropolitano, que envolvia, mesmo que de forma fragmentada, a totalidade desta área. A definição de uma Zona de Intervenção (ZI), com aproximadamente 340ha, onde o Recinto Expositivo era apenas uma parte, envolvida por um conjunto de novas áreas residenciais e servida por novos equipamentos de alcance territorial mais vasto, potenciaram que a transformação pós-expo do Recinto tivesse uma grande eficácia, transformando a ZI numa centralidade efetiva com grande naturalidade. A interligação da ZI com as áreas urbanas circundantes, funcionaria a uma dupla escala, de proximidade, mediante a ligação aos bairros existentes e de interligação urbana de escala metropolitana, mediante o sistema de acessibilidades criado, com destaque para a nova Estação do Oriente e para a Ponte Vasco da Gama.

Pensando na transição pós-expo, e numa futura integração urbana no espaço da cidade, aspetos como as interligações urbanas de proximidade, ou o esquema de desenvolvimento do plano do Recinto, mediante uma estrutura organizada em ruas e praças, à semelhança da cidade tradicional, permitiria pensar que quer a ZI, quer o Recinto, se planeavam e projetavam com uma ambição, tanto de fazer um evento singular, como de proporcionar uma futura nova cidade, inserida num contexto urbano mais largo, que pretendia também potenciar e consolidar. A localização particular da ZI permitia ainda efetivar o primeiro grande ensaio de conciliação da cidade com o rio, materializando a primeira operação de reconversão de uma frente ribeirinha em Portugal (5km de frente ribeirinha).

Esta reconversão respondia a uma ambição latente na sociedade, em que acompanhando as transformações económicas ocorridas desde finais dos anos 1980, desenvolvia-se uma apetência pela reconstrução do espaço público urbano, ambicionando-se uma nova dimensão ambiental e cultural. A sucessão de debates e propostas para a frente ribeirinha de Lisboa sucediam-se desde finais dos anos 1980¹: Concurso de Ideias para a Zona Ribeirinha (AAP, 1988); Concurso Centro Cultural de Belém (1988-92); Plano Estratégico de Lisboa (1990); PROT-AML (1993); PDM de Lisboa (1994); Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha (POZOR, APL, 1993-1994).

¹ Muito embora o equilíbrio porto-cidade seja um tema antigo. Note-se, por exemplo que já o Plano de Lisboa de 1964 previa enterrar a linha de comboio a partir de Belém, cfr. Bruno Soares, 1998, 21-24.

O processo de concretização da Expo'98 teria um momento inicial significativo em 1991 com o primeiro estudo de localização, designado por Plano Diretor Preliminar, realizado pelos arquitetos Carlos Duarte e José Lamas. Este estudo seria confirmado pelo PROT-AML 1993, que propunha a recuperação da margem oriental ribeirinha da cidade, ocupada por instalações industriais inconciliáveis com o avanço-desenvolvimento da AML nas últimas décadas. Em 1992, tendo sido fixado o corredor para a futura nova travessia rodoviária sobre o Tejo, interligando Sacavém a Alcochete, é desenvolvido, pelos arquitetos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, com base no Plano Preliminar, um Estudo para Um Modelo de Desenho Urbano na Zona Envolvente da Expo'98 (Vassalo Rosa, 1998, 27).

Em 1992-1993 é criada uma entidade gestora, a Parque Expo'98 S.A.², com competências de planeamento, gestão e construção da ZI ³. Em 1993 com base em um Estudo Preliminar de Urbanização com coordenação de Nuno Portas é lançado um concurso de ideias para o Recinto (2,5ha). No final desse ano, tomando o concurso como referencial de “ideias de ordenamento” (Vassalo Rosa, 1998, 27), é iniciada a elaboração do Plano de Urbanização da Zona de Intervenção (PU), coordenado por Luís Vassalo Rosa no seio da Parque Expo'98. O PU viria a estabelecer um conjunto de princípios estruturantes: quanto à rede viária, à compartimentação do espaço edificado e do espaço público, e desagregava-se em um conjunto de seis Planos de Pormenor (PP), com características morfológicas próprias, que dariam lugar a projetos de Espaço Público correspondentes. Com base na delimitação e diretrizes dadas pelo PU foram estabelecidos Programas Preliminares para os PP, com os quais se lançaram concursos para seleção de equipas para a sua realização.



Fig. 1 – Plano Urbanização da Expo'98. Planta de Zonamento do PU. Fonte: Plano de Urbanização

² Decreto Lei n.º 354/03 de 9 de outubro, concede à Parque Expo'98 competência para elaborar Planos Urbanísticos.

³ O Decreto n.º 16/93 de 3 de maio declarou a ZI como Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU), cometendo à Parque Expo'98 as competências para promover as ações de reconversão necessárias.

Em todos estes princípios há um conjunto de dialéticas inerentes, no caso dos limites, há um entendimento de que esta zona é simultaneamente um limite norte da área de intervenção e um limite externo na cidade de Lisboa, mas, é ainda uma área confinada, interior, limitada por grandes barreiras urbanísticas e naturais, seja a linha férrea pelo interior (poente), seja a o rio pelo lado nascente, seja a ponte Vasco da Gama e o grande parque do Tejo e do Trancão a norte. A ideia de limite, admite que a área urbana tem simultaneamente de ter um desenho urbano que funcione como transição e remate para o vazio ribeirinho e do parque urbano, mas também que consiga uma integração com a envolvente urbana imediata, especialmente com o bairro de Moscavide, concelho de Loures, que fica do lado oposto da linha férrea, a poente.

A ideia de variedade tipológica e morfológica, dentro de uma unidade urbana, remete para uma tensão produtiva, entre o valor de unidade construído sobre uma base de múltiplas subunidades. Variedade quanto à implantação, morfologia e tipologia do tecido edificado e da compartimentação do espaço público; unidade quanto à imagem global desta unidade de cidade, admitindo-se o princípio de que a variedade plurifuncional e morfológica é fundamental para a construção de uma cidade viva.

A ideia de recurso aos cobertos arbóreos concilia ênfase formal com caracterização ambiental, proteção do exterior com, simultaneamente, ligação a esse mesmo exterior, por via do prolongamento do carácter aberto e naturalizado do parque do Tejo e do Trancão, mas, também, do próprio carácter natural do largo horizonte ribeirinho do “mar da palha”. A proteção ambiental (linha férrea, ponte, brisa proveniente dos sapais ribeirinhos) torna-se, em simultâneo, fator de valorização do perímetro de contacto das frentes urbanas com o Parque do Tejo e Trancão e com a frente ribeirinha no seu todo, como forma de privilegiar “relações de inspiração e conteúdo naturalistas” (PP4, 1994, 5).

Este conjunto de ideias e a tentativa inerente de conciliação dos limites, que a situação urbana potencialmente apresentava a cada limite, são colocados como objetivos específicos nos documentos escritos do processo de planeamento e projeto do PP4. No entanto, a observação desta documentação e do desenho urbano construído, permite-nos outras leituras, necessariamente complementares, com outras possíveis relações antitéticas que clarificam as opções e o resultado final alcançado. De certo modo, a ideia de que uma determinada condição pode ser ambivalente e de que a sua tomada de consciência pode enriquecer as opções morfológicas e sobretudo a realidade vivida, é algo claramente percebido e enunciado no arranque das disposições de memória descritiva do Plano de Pormenor. O fator de riqueza, subjacente às complexidades e contradições do desenho e da distribuição programática, são afirmados logo no arranque do relatório final do Plano de Pormenor, quando, por exemplo, se afirma que não obstante toda a situação de limite e interioridade que caracteriza a área de intervenção do PP4, se salienta todavia “que o efeito de barreira da margem também é de atração e orientação” e, que, as tentativas de integração e legibilidade unitária, serão procuradas, “sem que isso comprometa, noutros níveis de leitura ou de fruição, a riqueza dos espaços e a complexidade urbana que a sua dimensão merece” (PP4, 1994, 5).

A proposta de leitura que apresentamos, com base em valores contraditórios, enfatiza esse valor de diversidade, a um tempo reconciliatório e a outro tempo densificado, que o plano as soluções desenhadas corajosamente procuraram, numa tentativa de alcançar a complexidade e variedade unitária que as cidades construídas em tempo longo adquirem. A chave de leitura proposta baseia-se

em quatro momentos: os valores culturais de modernidade e tradição; a integração urbana e arquitetónica; o equilíbrio entre definição e indefinição do espaço público e a presença do edificado; e, por último, a articulação entre plano e projeto, entre o que é definido e o que fica apontado ou mesmo indefinido. Estas divisões de assuntos são complementares entre si e, abrem dentro de umas para outras, relações e leituras complementares, como adiante veremos:

Modernidade-tradição

O desenho urbano do PP4 afirmava procurar conciliar “os benefícios do modelo de cidade tradicional, de malha urbana contínua, segundo o qual os edifícios definem rua como espaço público predominante, com as vantagens de modelos alternativos, ensaiados nas últimas décadas, segundo os quais as cidades se constituem à custa de edifícios que se implantam isoladamente em espaços abertos invocando razões de conforto: para captar as melhores vistas, ou as melhores orientações, ou, ainda, uma relação com o imaginário naturalista, dando lugar a tecidos em que o espaço público, é mais amplo e informal, indiferenciado, com extensas zonas ajardinadas” (PP4, 1994, 6). Ou seja, o Relatório do plano de pormenor afirmava basear o seu desenho em diversos modelos conceptuais de cidade, procurando tirar partido das vantagens de cada um deles.

O desenho urbano estrutura-se em primeiro lugar numa rede viária fundamental, de atravessamento e distribuição longitudinal, que prolonga os dois principais eixos definidos pelo PU. Estas vias, estruturadas como avenidas, são atravessadas por um sistema de arruamentos secundários perpendiculares, com direção ao rio e ao parque do Tejo e do Trancão. Este sistema viário longitudinal, primário, é hierarquizado, distinguindo uma via mais a poente, com uma vocação para atravessamento (Avenida D João II, antiga Via Principal), e uma via central, mais a nascente, como grande avenida de distribuição interna (Alameda dos Oceanos, antiga Avenida Central). Estas articulam-se com um sistema de arruamentos perpendiculares, de perfil mais reduzido, igualmente hierarquizado, entre vias que limitam quarteirões e vias que os atravessam. No geral, a estrutura viária estabelece uma organização tradicional, que articula massas edificadas que se organizam como quarteirões, conformando um sistema urbano similar ao da cidade tradicional. Não obstante, as orientações viárias, a diluição do sistema em vias secundárias, incluindo vias de uso misto indiferenciado, rodoviário e pedonal ou apenas pedonal, proporciona quarteirões cujo espaço interior é atravessado por domínio público, constituindo um sistema de espaços públicos e alamedas pedonais. Os quarteirões são abertos, os edifícios autonomizam-se formalmente e os espaços públicos prolongam-se em grandes planos de pavimentação, que excedem a definição ordinária de arruamento.

A soluções adotadas, refere o relatório do Plano de Pormenor, “decorrem de critérios de acessibilidade, orientação, vistas e relações genéricas com os espaços arborizados e com o rio” (PP4,1994, 8). O recurso a um sistema de quarteirões, delimitados com ruas e passeios e espaços interiores livres, com áreas permeáveis, no interior, evoca o modelo da cidade tradicional, mas, com a abertura e ligação dos espaços interiores ao sistema viário principal, exterior, há como que um “sistema virtual de quarteirões”(PP4,1994, 9), que contém interiores de estadia e de serviço, “segmentados de modo a estabelecer redes, menos óbvias, de percursos – sobretudo para peões e para velocípedes” (PP4,1994, 9). Esta fragmentação e a abertura do sistema de quarteirões torna-se progressivamente mais evidente à medida que nos aproximamos do rio e do parque urbano. Mais

uma vez, nas palavras do plano, aproximando-nos do parque, “o tecido revela fragmentações de volumes, aberturas, vistas, espaços públicos e condominiais, e, gradualmente, transfigura-se num tecido mais aberto; isto é, a fruição de espaços públicos diferenciados e hierarquizados que o modelo tradicional oferece vai sendo substituída pela fruição de morfologias urbanas onde os espaços públicos não obedecem aos padrões tradicionais de rua e das praças, para se configurarem como campos de enquadramento de edifícios soltos” (PP4, 1994, 9).

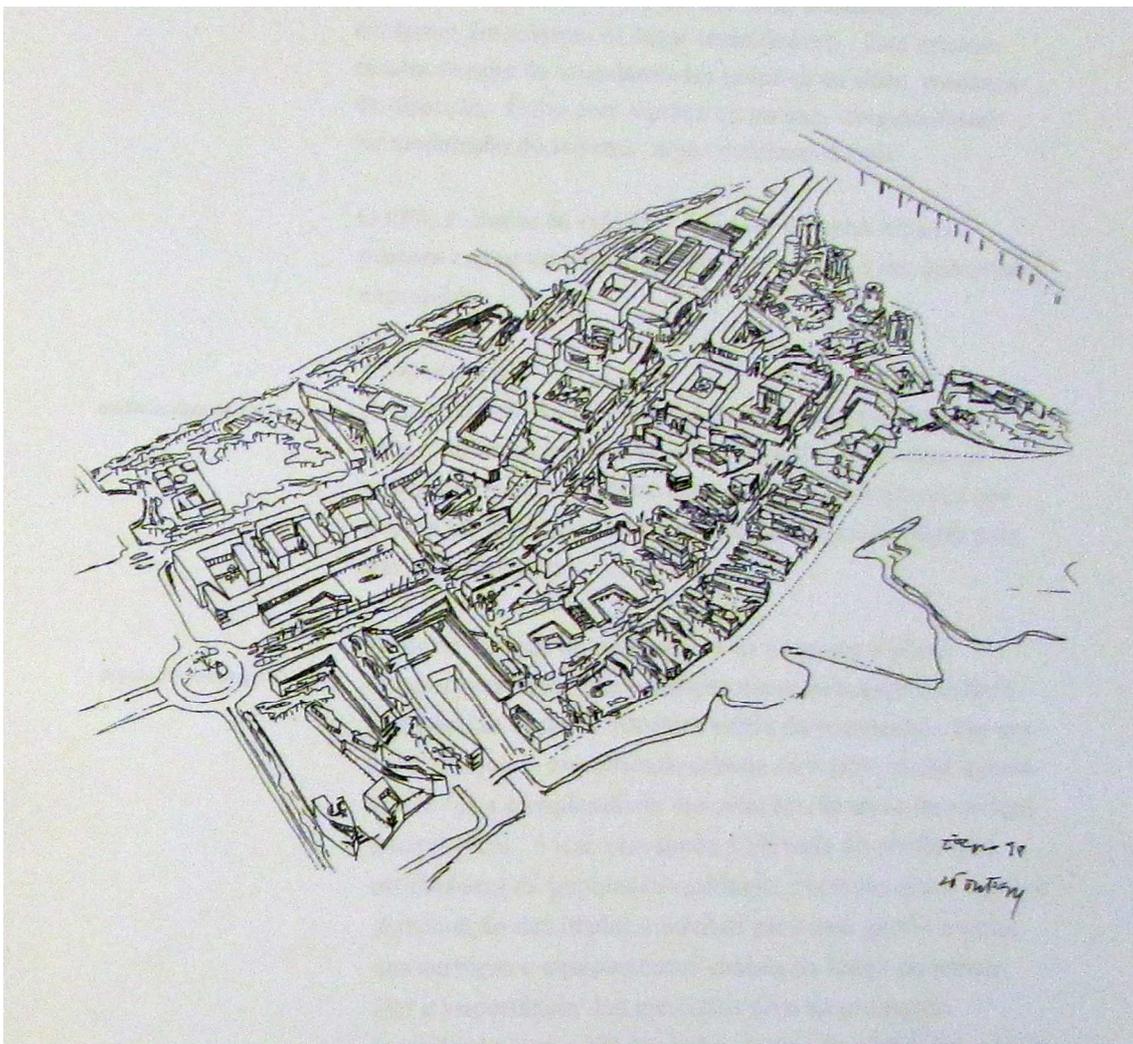


Fig. 3 – Plano de Pormenor PP4. Perspetiva da Volumetria. Fonte: Arquivo Duarte Cabral de Mello

As relações modernidade-tradição continuam com o baixar de escala de intervenção. A distribuição do programa edificado, seja em densidade de construção ou de usos funcionais, conforma e delimita zonas, neste caso quarteirões ou conjuntos de quarteirões, com diferentes capacidades, localizando, por exemplo, nas extremidades interiores (longitudinalmente, junto à linha férrea) usos não habitacionais. Neste local, a diversidade de usos e uma maior densidades edificada (ao longo da Avenida D João II), é utilizada para construir uma hipótese de centralidade, em charneira entre as áreas ribeirinhas do plano e o bairro de Moscavide, numa perspetiva de aceleração da urbanidade do PP4 mediante algum tipo de complementaridade económica e funcional que se poderia estabelecer com a centralidade já existente a poente da linha férrea. Quanto à variação de densidade, ela

acompanha, em parte, interligada com o sistema de espaço público, a possibilidade de existência de comércio de rés-do-chão. As maiores densidades afastam-se da frente ribeirinha, são mais interiores, mais próximas de outros usos e dos sistemas de transportes, mas mais afastados da frente do parque e do rio, onde menores volumetrias facilitam o atravessamento físico, de pessoas, vistas, brisas e corredores ecológicos.

No conjunto, pensava-se que esta separação permitiria diversidade de preços e de tipologias, complexificando, potencialmente, a composição social e a estrutura etária da população, na medida em que a sustentabilidade urbana seria tanto maior quanto maior fosse a complexidade das relações de troca de serviços a nível local.

Observando à escala das soluções materiais de detalhe, do desenho do espaço público, são desenvolvidas soluções de pavimentação e arborização que derivam do tradicional sistema de lancil, caldeiras e calçadas de conjugação de vidro e granito azul escuro, com planos de plantação de espécies arbóreas emblemáticas de Lisboa, como Plátanos, Jacarandás ou Lódãos. O sistema de pavimentação retoma estes elementos tradicionais, usando-os de uma forma contínua, em grandes planos pavimentados, retomando neste caso experiências realizadas pela cidade moderna, designadamente nos Olivais Norte. No PP4, o plano de pavimentação tenta ser contínuo e desobstruído, os lancils, de largura generosa e que acabariam por ser em betão, por imposição da Parque Expo'98, têm uma altura reduzida constante, de 3cm, junto aos passeios laterais, procurando que a separação entre corredores de circulação de veículos automóveis e faixas de passeio seja mínima. No passeio, o estacionamento é de nível com o passeio, separado por uma guia de pavimento, enquanto o espaço de estacionamento é reduzido a um mínimo, de 4.75m de profundidade por 6.50m de intervalo entre árvores, marcando ritmos de arborização apertados e contínuos, procurando formar copados únicos, com espécies distintas entre passeios laterais, dando forma e volume aos espaços canais dos arruamentos.

Este esbatimento dos canais funcionais dos arruamentos, por força da dimensão e expressão do desenho das soluções de pavimentação do espaço público, tem corolário nos arruamentos secundários, no interior das malhas edificadas, onde o plano de pavimentação é indistinto, em cubos de granito, deixando de haver separação formal entre peões e veículos, havendo apenas uma sugestão de compartimentação dada pelos alinhamentos arbóreos. Em alguns momentos, não é clara a preponderância de peões ou veículos, noutras locais, pela disposição geral dos elementos do espaço público, os espaços são apenas para peões, culminando percursos em praças, ou estabelecendo eixos pedonais (Passeio dos Jacarandás), em todo o caso, as transições entre espaços são esbatidas, existem, mas o fator de continuidade também. A mistura entre materiais tradicionais e soluções de compartimentação novas, desenvolvendo soluções testadas na Lisboa moderna dos anos 50 e 60, propõem novos caminhos para a tradição de pavimentação da cidade de Lisboa.

Continuidade-rutura

O PP4 é limite de cidade e o desenho urbano proposto procurou captar essa condição particular e o seu potencial expressivo. O relatório do Plano refere que a malha viária foi composta por ruas pensadas como coisa tridimensional, implicando a perceção de volume, situação que implica não apenas com a consistência dos planos de pavimentação e com a presença e continuidade dos maciços

arbóreos, formando nos arruamentos copados contínuos, mas, também, com a determinação de planos verticais e massas edificadas confinantes: “sem os edifícios a rua perde definição, fica sem acompanhamento”, e, “ a lógica da malha urbana implica ainda a continuidade dos espaços, e, por isso, contém, na origem, o problema da resolução das suas terminações, sempre que essa mesma malha tiver de ser interrompida” (PP4,1994, 9). Esta condição de limite citadino é particularmente importante neste plano, porque estando no limite da cidade, muitas das suas vias e espaços públicos são concluídos nesses limites, terminam aqui longos percursos urbanos.

A solução de desenho urbano cria enquadramentos e limites aos enfiamentos das ruas, permitindo situações identificáveis, desdobramentos visuais e entregas noutros espaços, em continuidade e, simultaneamente, com delimitação. Estas variações resultam de singularidades criadas pela interação entre desenho e local, entre proposta e situações de fronteira, utilizando mecanismos como mudanças de direção e fecho de percursos, com praças ou com o parque, modelações de terreno ou interposição de elementos formais ou edificados singulares. O limite é condição e potencial expressivo e, em termos estruturais, a condição de limite é assim usada expressivamente na distribuição das malhas edificadas.

Esta distribuição permite igualmente calibrar distintas relações ao longo dos limites de intervenção. A sul, a Avenida da Boa Esperança materializa um limite escorrito entre o PP4 e os PP1 e PP3. Em simultâneo, um maior afastamento e uma maior densidade e desenvolvimento volumétrico das malhas edificadas adjacentes, permite uma mediação com a grande escala destes dois planos. Os dois grandes eixos viários longitudinais (Avenida D. João II e Alameda dos Oceanos) prolongam-se desde estes planos para o interior do PP4, interligando-o diretamente com as restantes áreas do PU. A densidade mais elevada e uma maior definição de quarteirão tradicional, mais encerrado em si próprio, acontece na zona a poente, confinada entre os dois grandes eixos viários longitudinais. Este limite poente é mediado, não sem dificuldade, dada a tremenda barreira que constitui a linha férrea. Não obstante, a partir da Rua de Moscovide, a orientação das malhas edificadas roda, prolongando virtualmente o sistema de vias do bairro de Moscovide, a poente da linha férrea.

A Rua de Moscovide, que assinala esse momento, assim como a mudança para o concelho de Loures, não consegue verdadeiramente vencer o obstáculo da linha férrea. Ele apenas é plenamente ultrapassado mais adiante, com o prolongamento da Avenida da Peregrinação, já na entrada para o bairro da Portela, mediante uma rotunda de giração “à espanhola”, que tenta vencer com uma naturalidade térrea o desnível necessário para passar sobre o canal ferroviário. Ao longo do eixo viário que estrutura este limite, a Avenida D João II, a diversidade de ocupação dos lotes confinantes produz assimetrias que se refletem no desenvolvimento do seu perfil transversal, e correspondem a um maior afastamento, num primeiro momento, concedendo lotes generosos para equipamentos que medeiam Moscovide e o PP4, e, eventualmente, distância suficiente para futuros espaços públicos, e equipamentos, que vençam a barreira da ferrovia. Num segundo momento, um encosto à linha férrea, após a Avenida da Peregrinação, onde a zona industrial do PP4 coexiste com zona congénere do lado poente da linha férrea (Parque Oriente). Em todo o caso, ao longo do limite poente, em direção a norte e à ponte Vasco da Gama, o problema da ferrovia nunca consegue ser convincentemente ultrapassado, sendo a ligação com Moscovide sugerida em mapa, a olho de pássaro, mas circunscrita a ligações demasiado pontuais, representando um problema ainda por resolver.

De poente para nascente, da linha férrea para o rio, a malha urbana estabelece ligações “zenonianas”, em direção ao rio, que ganham intensidade a partir do momento que ultrapassam o segundo eixo longitudinal estruturante, a Alameda dos Oceanos, e a malha urbana decresce de densidade, sendo a estrutura de quarteirões progressivamente aberta e fragmentada, desdensificando-se, de modo a que no limite nascente, bordejando o parque do Tejo e do Trancão, os quarteirões transformam-se em edifícios soltos, dispostos mais ou menos perpendicularmente ao rio, alternado edificado e jardins, públicos e privados, de forma a garantir um sistema de vistas alargado para as edificações mais interiores e a fazer entrar o rio e o parque para o interior da cidade, esbatendo limites.

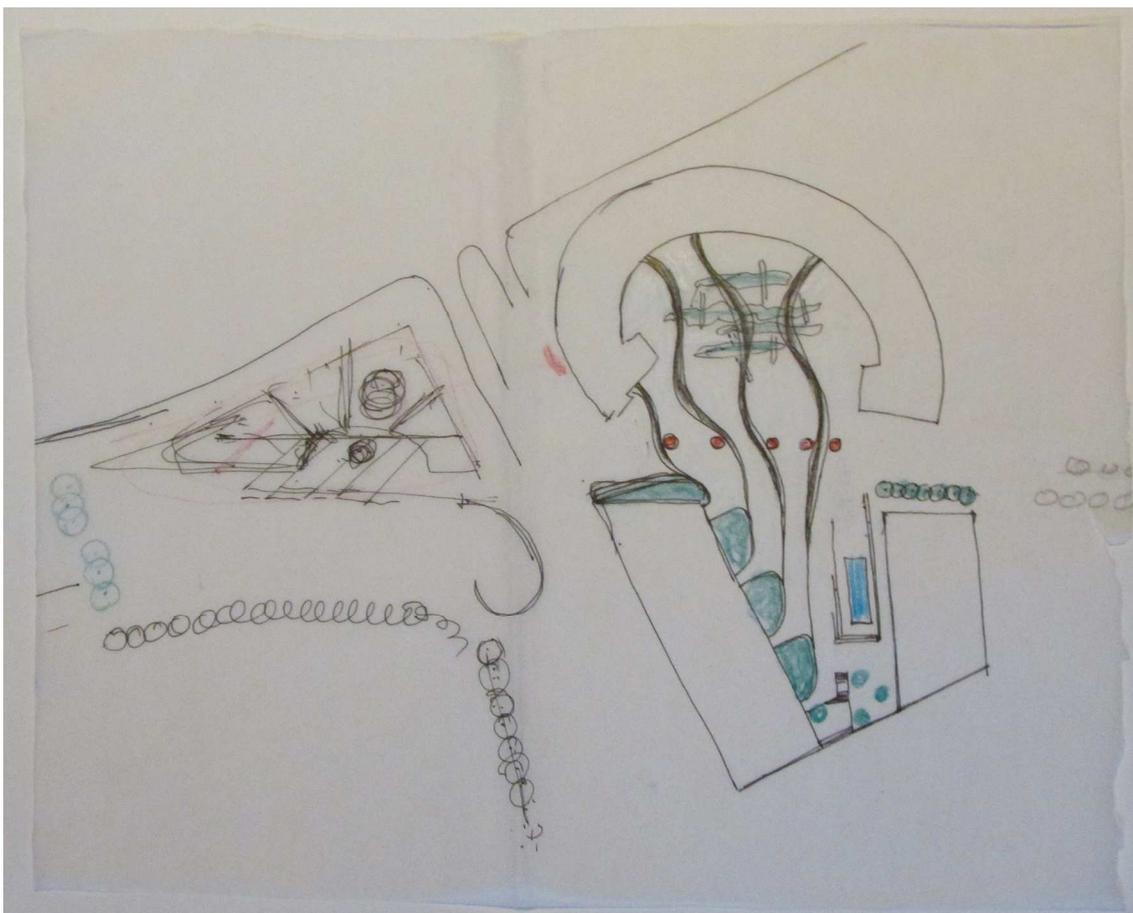


Fig. 4 – Estudos de malhas edificadas e espaço público interior. Fonte: Arquivo Duarte Cabral de Mello

A norte, o tecido urbano ganha informalidade e transforma-se numa área desportiva, aproveitando a presença do parque urbano. No último momento, 5 grandes edifícios, que se pretendiam com “uma silhueta visualmente rica e de grande escala, oferecem um fecho-início de cidade para quem entra em Lisboa atravessando a ponte” (PP4,1994, 11). Nestes locais, de encontro entre a cidade e o parque, o espaço público é rematado em terreiros, em grandes espaços informais, arborizados, de estadia, estacionamento e circulação viária e pedonal partilhada. Os terreiros informais funcionam como mediação da cidade e o vazio naturalizado, recuperando uma tradição de campos ou rossios, e conciliando, também aqui, tradição e modernidade, continuidade e rutura.

Morfologia edificada-ambiente construído

O modelo de desenho urbano do PP4 pretendeu construir um dado carácter morfológico e estético, subjacente a uma ideia de legibilidade e coerência formal, que articula espaços exteriores e limites – massas edificadas, conforme fomos referindo ao longo deste texto. Esta construção morfológica é suportada por uma relação de complementaridade entre uma estrutura de espaço exterior, aberto, público ou privado, e uma estrutura de massa edificada, multifuncional, pública ou privada, cuja implantação e presença física geral é indissociável da própria estrutura de espaços abertos. A “morfogénese” do desenho urbano resulta da convergência destas duas dimensões, que, de um modo abstrato podemos diferenciar, admitindo que para a elaboração e formação do plano sejam inseparáveis. A estrutura dos espaços exteriores deve assim ser observada sempre em relação com uma estrutura edificada que o limita. Em sentido inverso, os espaços exteriores são, não apenas espaços essenciais para o lazer e a estadia informal dos habitantes da cidade, como suportam funções de circulação, acessos, infraestruturização e implantação dos edifícios confinantes.

O plano e o projeto de espaço público consideraram os seguintes tipos de espaço exterior arborizado e ajardinado (PP4, 1994, 21):

- Passeios arborizados.
- Separadores de trânsito arborizados ou ajardinados.
- Corredores com cortinas de isolamento visual e acústico do caminho-de-ferro.
- Praças, jardins públicos e jardins de equipamentos escolares e desportivos.
- Jardins particulares de moradias ou de condomínios de conjuntos habitacionais ou de escritórios.
- Terreiros pavimentados e arborizados em torno de edifícios singulares que se isolam na malha urbana, ou entre edifícios que os limitam como espaços públicos.

Em todos estes tipos de espaços, para além de critérios de composição urbana e de garantia de comodidade, de estadia e de acessibilidades, há aspetos ambientais fundamentais. Um deles é a amenização proporcionada pela vegetação arbórea e pelas áreas permeáveis. A vegetação é considerada um elemento amenizador da artificialidade e poluição gerada pela cidade. É simultaneamente elemento formal, de composição, e elemento amenizador, de ensombramento de percursos e de espaços, e de naturalização do ambiente edificado. Todavia, o conforto urbano não se esgota nos predicados da vegetação e na continuidade desta, em si mesma, como qualidade, havendo situações de espaços onde a solução de projeto não comporta materiais vegetais. São exemplo os Terreiros pavimentados, onde a arborização é por vezes atenuada, fragmentada ou localizada em pontos específicos e com espécies específicas, concedendo espaços amplos, onde a sombra pode ser alcançada no embasamento dos edifícios ou por estruturas complementares edificadas, advogando, também aqui, uma posição de recetividade a uma diversidade e complementaridade de soluções. As “continuidades, os fracionamentos, as descontinuidades têm as suas razões de ser dependendo dos fatores de conforto de utilização e de expressão arquitetada para cada sítio” (PP4, 1994, 22).

A abertura dos Terreiros ou a desdensificação da construção de poente para nascente, não apenas correspondem a um critério morfológico de remate da cidade na frente ribeirinha, como respondem também a fatores tecnológicos e ambientais importantes: por um lado as características geotécnicas

do terreno desaconselhavam que essa desdensificação se produzisse apenas à custa da redução da altura das construções (PP4, 1994, anexos), por outro, a abertura e fragmentação abria o interior da malha edificada às vistas, às brisas e ao sol. Abertura e fragmentação permitiram que os afastamentos entre edifícios fossem progressivamente maiores, individualizando-os, conciliando ao limite os princípios da estrutura urbana de quarteirões com a figura do edifício solto, com múltiplas exposições solares e com condições de arejamento e iluminação melhoradas.

Ou seja, uma das circunstâncias da morfogénese urbana seriam os valores ambientais: ambiente de vida e ambiente físico. Fatores como a capacidade de insolação dos edifícios, permeabilidade dos solos e potenciação de crescimento arbóreo, procuram uma semi-naturalização da paisagem urbana e um melhor desempenho ambiental geral, pela conjugação de múltiplos os fatores da edificação, face às circunstâncias naturais (ventos, brisas ribeirinhas, barulho do comboio e da ponte, trânsito de atravessamento, a sombra na Alameda, etc.). Duarte Cabral de Mello referia nas suas palestras que a arquitetura e o desenho urbano devem ser ensinadas, treinadas e praticadas como “conhecimento convergente”, que recorre a “tecnologias intemporais”⁵, de eficiência comprovada, para que o processo contínuo de construção do habitar do Homem, mediante a transformação do planeta Terra, seja um processo positivo, suficiente e sustentável.

Planeamento - arquitetura

Referimos que o espaço público do PP4 é compartimentado como se um volume se tratasse. Um corpo insinuado em que o edificado é indissociável da sua compartimentação. Há no bairro e nos elementos de projeto um gosto morfológico visível. Nos documentos desenhados do Plano de Pormenor, a implantação torneada dos lotes edificados e dos quarteirões que eles formam, definem vazios edificados, que conformam um espaço exterior geometricamente contundente.

A própria estrutura dos dois grandes eixos longitudinais é compartimentada e entendida como coisa volumétrica. A Alameda dos Oceanos desenvolve assimetrias acentuadas no seu primeiro troço, apoiando-se em 3 conjuntos de grandes quarteirões que se relacionam espacialmente, sendo os elementos assimétricos momentos de interceção, derivação e definição de espaços de ligação aos tecidos edificados envolventes. O próprio perfil transversal assimétrico, com separadores laterais mais largos a Nascente, tenta quebrar o estereótipo de mera via de circulação, enquanto, no desenvolvimento longitudinal, a inflexão para o interior, após os edifícios do Espelho do Tejo, concede uma preponderância ao grande edifício semicircular imediatamente após a Rua de Moscavide. A inflexão para noroeste da Alameda e o destaque a um volume edificado singular, quebram a monotonia do eixo estruturante e assinalam um alargamento do passeio Nascente, que enraíza um longo percurso-eixo pedonal, uma Rambla, o Passeio dos Jacarandás, que se desenvolve simétrico à curva da Alameda dos Oceanos, em direção ao Parque do Tejo e Trancão, oferecendo uma sucessão de espaços públicos pedonais, que se abrem sobre novos enfiamentos ribeirinhos, materializando um coração pedonal do novo bairro, a Vila Expo'98, e acentua ainda mais as potencialidades expressivas dos edifícios adjacentes.

⁵ Referia Duarte Cabral de Mello que “chamamos *TimeLess Technology* à possibilidade desse uso reflectivo do conhecimento, sistémico dinâmico e integrado, necessário para projectar e gerir um Estabelecimento Humano Sustentável”. Duarte Cabral de Mello, 2011 (palestra Human Habitat 2011).



Fig. 5 – Estudos da Alameda Central: Arquivo Duarte Cabral de Mello

Este percurso pedonal cruza malhas edificadas perpendiculares ao rio, quebrando em diagonal os volumes edificados implantados, proporcionando condições para uma grande diversidade de frentes edificadas e distintas relações entre interior – exterior, designadamente permitindo a existência de varandas, livres da circulação de atravessamento automóvel. O percurso termina num terreiro empedrado, o Terreiro dos Corvos, onde arcadas perimetrais, no embasamento dos lotes edificados, proporcionam sombra e abrem passagens francas, que interligam o terreiro com o sistema de espaços envolventes.

Edifícios e espaço público ensaiam uma totalidade morfológica. Totalidade esta, cuja expressão estética é enunciada no plano e concretizada, ao nível do espaço público, no projeto de espaço público. O plano concebera uma ordem definidora do que os espaços podem ou o não podem ser, mas, ressaltava-se, com essa “mesma ordem podem ser configuradas realidades arquitetónicas esteticamente belas ou horríveis” (PP4,1994, 11). Esta ineficácia do plano sem o projeto, estendia-se igualmente às possibilidades de materialização das edificações. Quanto a esta limitação, o plano desenvolveu algumas estratégias de antecipação morfológica, desde logo em fase da sua elaboração, mediante a simulações variadas das realidades construídas, que exploraram definições claras de soluções volumétricas para todos os lotes do PP4. Estas explorações informariam as disposições normativas do plano, implantando rigorosamente os lotes edificados.

De igual modo, a necessidade de criar lugares concretamente definidos, levou a equipa do plano a sugerir desde as primeiras fases toponímias associadas aos espaços. A designação de via, alameda, praça, jardim, rambla ou terreiro é significativa, mas não bastante, pelo que se propuseram nomes específicos, o Passeio dos Jacarandás, a Rotunda dos Vice-Reis, a Rotunda das Oliveiras ou o Terreiro dos Corvos, nomeando uma vontade de caracterização qualificativa, procurando antecipar e indicar qualidades materiais ao espaço planeado e depois projetado em detalhe de espaço público, vinculando toponímia com desenho, ideia com forma.

Conclusões

A passagem de vinte anos sobre a inauguração da Expo'98 em Lisboa, permitem-nos observar em perspetiva os efeitos do evento e a eficácia relativa de toda a operação urbanística. Para este balanço, de certo modo ainda por realizar, apresentamos uma releitura dos objetivos e estratégias de desenho urbano de um dos planos de pormenor, que executou as estratégias urbanísticas gerais do PU da Expo'98, o PP4.

A Expo'98 foi a primeira exposição mundial que se propôs vencer a insularidade do tradicional recinto de feira, nas margens da cidade vivida, ambicionando regenerar uma vasta área industrial obsoleta, na zona Oriental de Lisboa-cidade. Seria a primeira grande operação de reabilitação e reconstrução urbana do país, paradoxalmente autocrática, mas exemplificando como seria a reconciliação da cidade com o rio, vencendo a segmentação das zonas industriais portuárias, e os paradigmas estritamente funcionais, de organização das atividades económicas da cidade.

O impacto no imaginário urbanístico e arquitetónico do país aparenta ter sido enorme.

Uma nova ideia de cidade emergiu, com espaços públicos de uma dimensão, equipamento e qualidade morfológica sem paralelo em operações urbanísticas contemporâneas. O PP4 é exemplificativo da ambição das opções morfológicas tomadas e da valorização do espaço público, em sintonia com uma determinada disposição do edificado. O entendimento do espaço exterior como coisa volumétrica, indissociável de uma encenação das massas edificadas, tem no PP4 um grande alcance e constitui uma unidade extensível, identificável, e que sustentaria e beneficiaria de um grande sucesso comercial, em linha com o objetivo de “custo zero”, que transformaria progressivamente a operação de reabilitação em operação imobiliária.

Por outro lado, as estratégias particulares de desenho urbano, de pavimentação e de arborização constituíram uma proposta notável, de conciliação e transformação de sistemas e valores urbanos tradicionais de Lisboa com novas apetências formais e ambientais. Nesta conciliação de valores, o PP4 ensaiou uma convivalidade entre diferentes modos de circulação, entre diferentes tipologias de habitação, entre distintas tipologias de espaços exteriores ou, ainda, entre valores estéticos e desempenho ambiental. A diversidade, ou a complexidade, foram ativamente procuradas no desenho urbano, sem com isso comprometer uma continuidade global, uma unidade de conjunto.

Soluções tradicionais convivem com novas tecnologias, calçadas e terreiros com galerias técnicas e sistemas centralizados de produção de águas quentes e frias. Como diria Duarte Cabral de Mello, o desenho do PP4 ilustra um processo de convergência, de conhecimento antigo e moderno.

Mas, notamos, existem limites à própria ambição do plano. A dificuldade, e em última análise o fracasso, na integração desta zona com os núcleos urbanos a ponte da linha férrea, como Moscavide ou a Portela. O tremendo efeito barreira da linha férrea não foi convincentemente vencido. Será admissível a leitura de que a Expo e o PP4 se constituíram como ilhas e minorizaram os bairros existentes? Se assim for, a reconversão e requalificação destes bairros ainda está por cumprir. Este é um aspeto que o PP4 abordou e tentou de algum modo não comprometer, deixando pistas e áreas disponíveis para futuras intervenções, muito embora tenha irremediavelmente sucumbido a uma insularidade que afinal também é forma (autocrática e centralizada) plasmada do momento histórico da sua construção.

Se, da diversidade como condição de modernidade, o PP4 ensaiou uma solução com relativa eficácia, ao nível do desenho e não tanto ao nível da composição social; na eficácia ambiental, o PP4 aparenta ser um modelo bastante positivo. Faltarão agora mecanismos de gestão mais democrática, participativa e inclusiva que permitam gerir as transformações ao longo do tempo e encetar as ligações adiadas para os bairros a poente?

Agradecimentos

O autor agradece à arquiteta Maria Manuel Godinho de Almeida e ao arquiteto Jaime Pinto Barbosa o acesso ao espólio de Duarte Cabral de Mello e ao arquivo Utopos, Planeamento e Arquitectura Lda.

Referências bibliográficas

Livro

- Cabral de Mello, Duarte. (2009). *A Arquitectura Dita*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FAUL.
- Matias Gerreira, Vítor; Indovina, Francesco (1999). *A cidade da EXPO '98, Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Bizâncio, Coleção Documentos
- Trigueiros, Luís; Sat, Claudio; Oliveira, Cristina. (1998). *A Exposição Mundial de Lisboa-Arquitectura*. Lisboa: Blau.

Capítulo de Livro

- Busquets, Joan. (1998). A Exposição Mundial de 1998. Charneira entre Grandes Eventos. In *A Exposição Mundial de Lisboa-Arquitectura*. (pp13-16). Lisboa: Blau, 1998.
- Cabral, Manuel Villaverde (1999). A Montanha e o Rato. Notas à margem de um dossier sobre a Expo depois da Expo. In *A cidade da EXPO '98, Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?* (pp331-341). Lisboa: Bizâncio, Coleção Documentos.
- Ferreira, Vítor Matias (1999). E depois da Expo'98, a cidade à beiramar plantada? In *A cidade da EXPO '98, Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*, (pp313-327). Lisboa: Bizâncio, Coleção Documentos.
- Portas, Nuno (1999). O pós-Expo e o resto à volta. In *A cidade da EXPO '98, Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?* (pp184-195). Lisboa: Bizâncio, Coleção Documentos.
- Sat, Claudio (1998). Introdução. In *A Exposição Mundial de Lisboa-Arquitectura..* (pp7-8). Lisboa: Blau.
- Soares, Bruno, (1998). Expo'98 e o Retorno de Lisboa ao Rio. In *A Exposição Mundial de Lisboa-Arquitectura*. (pp21-21). Lisboa: Blau
- Vassalo Rosa, Luís. (1998). A Urbanização da Zona de Intervenção – Planos e Projetos do Espaço Público. In *A Exposição Mundial de Lisboa-Arquitectura*. (pp27-52). Lisboa: Blau

PNUM2018: A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios.
PP4 e Vila Expo'98. 20 anos de uma ideia de cidade. Pedro Luz Pinto

Relatório

PP4. (1993). Memória Descritiva da Proposta de Concurso. Lisboa: Utopos, Planeamento e Arquitectura Lda.

PP4. (1994). Relatório do Plano de Pormenor PP4. Lisboa: Utopos, Planeamento e Arquitectura Lda.

PP4. (1999). Regulamento do Plano de Pormenor 4 – Zona Norte, Beirolas. Portaria nº1130 B/99 de 31 de Dezembro.

PU. (1994). Regulamento do Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo'98. Portaria nº640/94 de 15 de Julho.

Apresentações

Duarte Cabral de Mello, 2011. Palestra *Human Habitat*, Auditório do Oceanário de Lisboa.